



**MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
POLICLÍNICA NAVAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**

Rua Comandante Ituriel, S/N, Bairro Base Aérea Naval,
São Pedro da Aldeia – RJ. CEP 28.944-054

PROJETO BÁSICO PARA CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE EXTRA-MARINHA (OSE) E DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, LABORATORIAL, ODONTOLÓGICO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E ASSISTÊNCIA DOMICILIAR.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Edital é o credenciamento de Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) interessados na prestação de serviços complementares de assistência Médico-Hospitalares, ambulatorial, atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, laboratorial, odontológica, reabilitação e assistência domiciliar aos beneficiários do Sistema de Saúde da Marinha contribuintes do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), conforme disposição legal, nos municípios de acordo com o disposto no Anexo B, da DGPM-401 (3ª Revisão – Mod. 6).

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. De acordo com o disposto na DGPM-401 – Normas para Assistência Médico-Hospitalar na Marinha do Brasil (3ª Revisão – Mod. 6), a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia – diretamente subordinado ao Comando da Força Aeronaval, sob a supervisão técnica da Diretoria de Saúde da Marinha (DSM), é o órgão executor das atividades pertinentes ao Subsistema Assistencial no que se refere à prestação de Assistência Médico-Hospitalar (AMH) para prevenção e promoção da saúde, atenção básica e atenção especializada em média complexidade aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM). É, ainda, o responsável pelas ações de Medicina Operativa e pela execução de parcela do Subsistema Médico-Pericial, por intermédio das Juntas de Saúde constantes de sua estrutura organizacional, em suas áreas de abrangência.

2.2. Em vista da complexidade, da grande demanda e da diversidade de especialidades requeridas nos diversos atendimentos, alguns procedimentos médico-hospitalares não são prestados aos usuários do SSM nas dependências da PNSPA, procedimentos que são necessários na prática clínica como métodos auxiliares para o diagnóstico de diversas patologias. Nesse sentido, o credenciamento de prestadores de serviços de saúde em áreas diversas se faz necessário, haja vista a necessidade permanente de atender demandas decorrentes do dia a dia. Desse modo, a formalização de credenciamentos torna-se a opção mais adequada para o efetivo atendimento das necessidades dos usuários, em especialidades não disponíveis, ou naquelas em que o número de profissionais da PNSPA não consegue atender plenamente a demanda existente, bem como atender solicitações urgentes ou emergenciais.

2.3. Observa-se um crescente aumento no número de usuários do SSM. Atualmente, a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia tem como missão atender uma clientela de cerca de 24.000 (vinte e quatro mil) usuários do SSM, distribuídos pelos 29 municípios de sua área de abrangência, pertencentes aos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, que carecem de tratamento profilático, ambulatorial e de urgência nas diversas áreas de saúde, notadamente na medicina, nos meios auxiliares de diagnósticos e tratamento, como também nos atendimentos das urgências odontológicas em municípios mais distantes de São Pedro da Aldeia.

2.4. Fator importante a ser observado, é um aumento da faixa etária dos usuários do SSM na região. Tendo em vista o aumento da violência na cidade do Rio de Janeiro, a Região dos Lagos oferece qualidade de vida não só para os viajantes, mas também para seus moradores, graças a sua excelente infraestrutura, tranquilidade, segurança e diversos atrativos, no qual leva aqueles militares que chegam ao final de carreira a decidirem fixar residência na Região. Neste sentido, a população a ser atendida, vem envelhecendo, aumentando gradativamente a procura por serviços de saúde e, conseqüentemente, os custos dos atendimentos.

2.5. O envelhecimento populacional, junto com a evolução das tecnologias em saúde, aumentam o número de pacientes com dificuldades de locomoção, acamados que possam necessitar de suporte domiciliar. O oferecimento de atendimento domiciliar faz-se importante para oferecer um tratamento humanizado e qualidade de vida a esse paciente. Também pode contribuir com a desinstitucionalização do doente (o tratamento domiciliar é menos custoso do que manter o paciente internado por longos períodos) e evitar a judicialização da saúde o que poderia acarretar em custos ainda maiores para esta Fazenda Pública.

2.6. Além das orientações emanadas pela Diretoria de Saúde da Marinha (DSM), a alínea 6.1.1 da DGPM-401 (3ª Revisão – Mod. 6), estabelece que *“O usuário deverá ser atendido na área de abrangência da OMH/OMFM responsável pelo apoio à cidade na qual reside, conforme Anexo B, exceto nos casos de comprovada emergência ou indicação da sua própria OMH/OMFM.”*

2.7. Outro aspecto relevante diz respeito à economia e comodidade em relação aos nossos usuários, uma vez que a impossibilidade no atendimento de algumas demandas de saúde obrigaria a PNSPA valer-se da cadeia de evacuação para o atendimento destas necessidades, ou seja, necessitaríamos transferir o atendimento dos nossos usuários para o Hospital Naval Marcílio Dias, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, que não suportaria a nossa demanda, além da própria daquela instituição de saúde. Um exemplo seriam as internações Hospitalares, que tiveram um aumento de 53,75% entre os anos de 2019 e 2020. O 1º semestre do ano de 2021 mantém uma média semelhante ao visto em 2020. Notamos também em 2019 um aumento (30%) dos exames de imagem realizados. Em 2020 houve uma diminuição devido a Pandemia COVID 19, porém notamos uma certa recuperação no 1º semestre de 2021. A expectativa é um aumento ainda maior no 2º semestre de 2021 e nos próximos anos, pela demanda reprimida gerada pela pandemia. O volume de consultas médicas aumentou ao longo dos anos, exceto em 2020, onde a pandemia COVID19 diminuiu o número de consultas pelo fechamento de muitos serviços de saúde durante boa parte do ano. Em 2021, principalmente com a mudança da busca de atendimento médico de urgência no início de sintomas gripais (compatíveis com COVID19), tivemos um aumento das consultas médicas.

O quantitativo de consultas, exames e internações, demonstra a importância e necessidade do credenciamento para o atendimento das necessidades em saúde dos usuários do SSM, na área de abrangência da PNSPA.

Credenciadas	2018	2019	2020	2021 (1º Semestre)
Total de Internações	434	400	615	330
Total de Exames de Imagem	9.554	12.441	5.110	4.194
Total de Consultas médicas (ambulatorial e emergência)	9.626	10.202	6.712	9.872

2.8. O Credenciamento se justifica nas hipóteses em que o interesse público não pode ser atendido através da contratação de apenas uma pessoa (física/jurídica) ou, em outras palavras, nos casos em que a obtenção de uma proposta mais vantajosa não seja suficiente para atender ao objetivo da Administração Pública, no caso a PNSPA. Dessa forma, a inviabilidade ressalta-se, sobretudo, pelo fato de, em nome do interesse público, existir a necessidade de obter diversas propostas vantajosas. Por essa razão, o credenciamento é realizado com base na inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

2.9. Uma particularidade do Credenciamento é permitir buscar todas as empresas e profissionais liberais que preencham as condições exigidas e aceitem a prestação do serviço, fazendo com que, quanto mais credenciados, mais adequados serão à plena satisfação dos serviços desejados, e, conseqüentemente, a satisfação dos usuários do SSM.

2.10. O Princípio Constitucional e Administrativo norteador do Credenciamento é o da isonomia. Uma vez atestada a inviabilidade de atingir o interesse público através da individualização de uma única pessoa, em função do objeto que se persegue, quanto maior o número de prestadores de serviços, melhor serão satisfeitas as necessidades da Administração, cabendo à mesma assegurar que todos aqueles que com ela queiram estabelecer um ajuste possam fazê-lo, bastando para tanto o atendimento a alguns requisitos. Não há distinções, ou seja, qualquer contratado assumirá igual obrigação perante a Administração e receberá a mesma quantia em pagamento, nas mesmas condições dos demais credenciados.

3. DA DEMANDA DO ÓRGÃO E DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. A Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, dispõe de aproximadamente 24.000 (vinte e quatro mil) usuários do SSM, que carecem de tratamento profilático, ambulatorial e de urgência nas diversas áreas de saúde, notadamente na medicina e nos meios auxiliares de diagnósticos e de tratamento, assim como assistência domiciliar.

3.2. O custo estimado anual das despesas com o Credenciamento é cerca de R\$ 22.000.000,00 (Vinte e dois milhões de reais).

3.3. O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mensalmente, pela pesquisa de preços de mercado e o incremento da assistência domiciliar e do atendimento odontológico de urgência.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos para amparar as despesas decorrentes dos serviços realizados com base nos credenciamentos oriundos deste processo correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001/791181

Fonte: 0170702303

Programa de Trabalho: 174668

Elemento de Despesa: 339036 (pessoa física) ou 339039 (pessoa jurídica)

PI: B42201002DU

4.2. Os recursos estarão vinculados ao Termo de Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (TJIL) Nº03/2021 do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia.

5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. A **CREDENCIADA**, conforme previsto nos serviços ofertados no seu Certificado de Registro Cadastral (CRC) Anexo L do Edital, no que couber, deverá:

5.1.1. Fornecer a supervisão e toda a mão de obra direta e indireta, técnica e administrativa, necessárias à execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade decorrente de legislação trabalhista e previdenciária, incluindo eventual seguro contra acidentes de trabalho, como única empregadora;

5.1.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia ou com a Marinha do Brasil;

5.1.3. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência sob jurisdição da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, caso, excepcionalmente, seja autorizado pelo Diretor da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia (CREDENCIANTE), a execução de serviço nas instalações da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia (CREDENCIANTE);

5.1.4. Admitir, demitir, classificar, reclassificar, promover, transferir, substituir, reajustar e modificar condições de contratos de trabalho, de acordo com a sua política administrativa de pessoal e observadas as disposições vigentes, ficando estabelecido para todos os efeitos legais que não há vínculo empregatício entre o CREDENCIANTE e o pessoal que porventura vier a ser designado pelo CREDENCIADO para prestação dos serviços aqui especificados;

5.1.5. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados a este Credenciamento, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;

5.1.6. Manter, nos serviços solicitados, pessoal tecnicamente qualificado. A responsabilidade técnica pelos profissionais prepostos do CREDENCIADO e regularidade perante seus órgãos de classe são de responsabilidade exclusiva do CREDENCIADO e qualquer falta neste sentido será motivo para rescisão contratual;

5.1.7. Fornecer materiais permanentes, materiais de consumo e todo o material necessário à prestação dos serviços especificados aqui pelo pessoal designado pelo CREDENCIADO (equipamentos, material hospitalar, material cirúrgico, material de higiene, utensílios, impressos, material de escritório, etc);

5.1.8. Emitir notas fiscais e/ou faturas, as quais serão enviadas à Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, para auditoria e aprovação, que deverão conter relatório descritivo de procedimentos executados, encaminhando os seguintes documentos anexados:

5.1.8.1. Relatório de informações detalhadas quanto aos procedimentos, gastos com materiais, medicações, etc., dos casos dos pacientes internados, estando separados os custos de unidades fechadas (UTI, UC, UTQ, UTIP, UTIN), dos custos de enfermaria e/ou apartamento;

5.1.8.2. Planilha pormenorizada onde constem os atendimentos realizados pelos serviços de fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia, discriminando os procedimentos para autorização e faturamento. As Guias de Apresentação de Usuários (GAU) deverão constar o nº de sessões inicialmente autorizadas pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, e que para cada sessão, conste a data e a assinatura do paciente. Ao final de todas as sessões no CREDENCIADO poderá encaminhar a cobrança;

5.1.8.3. Relatório de descrição cirúrgica e ficha de anestesia nas cirurgias e partograma nos acompanhamentos de trabalho de parto;

5.1.8.4. Relatório descritivo de materiais e medicamentos consumidos durante atendimento, cirurgia ou internação, separados por internação em UTI, UC, UTQ, UTIP, UTIN, dos custos de enfermaria e/ou apartamento;

5.1.8.5. Exames complementares com cópia de laudo; e

5.1.8.6. Cópia da justificativa técnica quando for necessário o uso de materiais especiais, órteses ou próteses.

5.1.9. A CREDENCIADA deverá obedecer rigorosamente às normas de biossegurança vigentes no país para os procedimentos de coleta, acondicionamento e transporte de amostras biológicas, Coleta de materiais e peças para análise clínica, patológica, e citoscopia, acondicionamento, transporte e entrega dos materiais e resultados;

5.1.10. Comunicar a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia (CREDENCIANTE), por escrito, mudança de endereço, de dias e horários de atendimento aos USUÁRIOS, corpo clínico, exames e serviços prestados, com antecedência mínima de 30 (trinta dias) dias. Assim como fornecer todos os documentos que tenham validade definida no mesmo prazo (Ex: licença de funcionamento tem validade por um ano);

5.1.11. No caso de ocorrer rescisão contratual, independente da parte que deu causa ao rompimento, a conduta profissional, perante o paciente em tratamento será pautada pelos princípios do Código de Ética da categoria;

5.1.12. Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela Direção da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, e pelo Ministério da Defesa, atendendo às suas normas e diretrizes;

5.1.13. O prestador do serviço (CREDENCIADO) é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do credenciamento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;

5.1.14. Permitir a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia avaliar o atendimento e os serviços prestados aos USUÁRIOS, por intermédio de auditorias (Visitas Técnicas e Auditoria Concorrente) específicas realizadas por profissionais do quadro da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia que se reserva o direito de recusar ou sustar os serviços quando não

atenderem ao estipulado em portarias normativas;

5.1.15. Responder tempestivamente a todos os questionamentos que os auditores julgarem necessários para a melhor fiscalização dos serviços prestados;

5.1.16. Desenvolver diretamente os serviços credenciados, não sendo permitida a subcontratação dos serviços que se relacionem especificamente ao objeto do credenciamento, sob pena de rescisão contratual imediata, salvo quando previamente comunicado e autorizado pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, por meio de Perecer Técnico;

5.1.17. Os serviços contratados serão prestados diretamente pelo profissional credenciado, em se tratando de Pessoa Física, ou por profissional da própria Organização de Saúde Extra Marinha, entendendo-se como tal:

5.1.17.1. O membro do Corpo Clínico da CREDENCIADA;

5.1.17.2. O profissional que tenha vínculo de emprego com a CREDENCIADA; e

5.1.17.3. O autônomo que presta serviço à CREDENCIADA em caráter regular, equiparando-se o profissional de saúde, integrante de empresa, grupo ou sociedade de profissionais que exerçam atividade na área de saúde, em caráter regular, nas instalações da CREDENCIADA; e

5.1.18. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Credenciamento.

5.1.19. A CREDENCIADA responderá por eventuais irregularidades ou acidentes que venham a ocorrer na prestação dos serviços, não implicando em qualquer responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se apurado e comprovado que qualquer irregularidade tenha decorrido de ação ou omissão funcional.

5.1.20. A inadimplência do CREDENCIADO, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CREDENCIANTE, nem poderá onerar o objeto deste Credenciamento, razão pela qual o CREDENCIADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia ou a MARINHA DO BRASIL.

5.3. DA CREDENCIANTE

5.3.1. A CREDENCIANTE, por meio da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, deverá:

5.3.1.1. Fornecer autorização por meio de senha para os seus usuários ou Guia de Apresentação do Usuário (GAU);

5.3.1.2. Fornecer materiais informativos e comunicados referentes às determinações administrativas que visem o gerenciamento do Credenciamento;

5.3.1.3. Dirimir as dúvidas do prestador do serviço (CREDENCIADO) sobre o objeto da contratação, no tocante às divergências ou inovações na política administrativa e assistencial do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), notificando-a por escrito a respeito de irregularidades detectadas na execução dos serviços;

5.3.1.4. Auditar as faturas apresentadas e encaminhá-las para pagamento;

5.3.1.5. Realizar auditorias e perícias nos procedimentos, obedecendo aos princípios estabelecidos no Código de Ética da categoria;

5.3.1.6. Colocar à disposição dos usuários a lista, com endereço, horário e especialidades, dos Credenciados, sem interferir na escolha do usuário;

5.3.1.7. Disponibilizar o setor de Ouvidoria desta Policlínica Naval para reclamações dos usuários, possibilitando que os mesmos denunciem qualquer irregularidade no atendimento pela CREDENCIADA; e

5.3.1.8. Notificar a CREDENCIADA as irregularidades constatadas pelo usuário em qualquer tipo de atendimento ou procedimento por ele executado.

6. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

6.1. O prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial da União.

6.1.1. Poderá haver credenciamento de interessados enquanto aberto o prazo de credenciamento, desde que atendidos os demais requisitos deste Edital.

6.1.1.1. O Credenciamento permanecerá aberto por todo o prazo em que vigorará este Edital.

6.2. Para habilitar-se ao credenciamento, os interessados deverão requerê-lo, mediante carta proposta à OM (**Anexo R**), do Edital, declarando conhecer os termos do Edital, das Normas e atos que disciplinam o assunto, com os documentos listados nos subitens 6.3 à 6.13. Os Candidatos interessados cadastrados no SICAF poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação constantes nos subitens 6.3.1, 6.3.2 e 6.3.4 deste Credenciamento, assegurado aos demais candidatos o direito de acesso aos dados nele constantes.

6.3. A Habilitação será concedida mediante comprovação de:

6.3.1. Habilitação Jurídica;

6.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista;

6.3.3. Qualificação Técnica; e

6.3.4. Qualificação Econômico-Financeira.

6.4. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

6.4.1. Cédula de identidade;

6.4.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.4.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.4.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da

diretoria em exercício; e

6.4.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.5. Deverá ser apresentada a seguinte documentação concernente à regularidade fiscal e Trabalhista:

6.5.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

6.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.5.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.5.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

6.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.6. A qualificação técnica será comprovada com os seguintes documentos:

6.6.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

6.6.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

6.6.3. Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e

6.6.4. Comprovação de alvará de funcionamento e do responsável técnico e especificação do aparelhamento e da equipe técnica. Os profissionais deverão ser selecionados por especialidade e com a comprovação, julgada necessária pela Comissão Especial de Credenciamento e Fiscalização, de efetivo exercício. Poderá ser dispensada esta exigência no se refere ao tempo de efetivo exercício para os profissionais que possuírem o título de especialista expedido pelas sociedades responsáveis pelo controle de especialidades.

6.6.5. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

6.7. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante:

6.7.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; e

6.7.2. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

6.8. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (não emprego de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e maiores de 16 (dezesesseis) anos, salvo a partir de 14 (quatorze) anos, desde que na condição de aprendiz) (Anexo F).

6.9. Declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação (Anexo G) – as empresas interessadas são obrigadas a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de qualquer fato impeditivo da habilitação, se efetivamente houver.

6.10. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.11. Para os fins deste Edital considerar-se-á habilitada apenas a pessoa Física ou Jurídica que apresentar a documentação exigida.

6.12. Os pedidos de inscrição deverão estar acompanhados de declaração pela aceitação dos preços discriminados nos Termos de Credenciamento (**Anexo B, C, D, E, F e U do Edital**).

6.13. No caso de cooperativas será exigido, ainda:

6.13.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição;

6.13.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;

6.13.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

6.13.4. A registro previsto na Lei 5.764, art. 107;

6.13.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

6.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

6.13.6.1. Ata de fundação;

6.13.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

6.13.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;

6.13.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

6.13.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

6.13.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

6.14. O julgamento dos pedidos de inscrição obedecerá ao seguinte trâmite:

6.14.1. O candidato ao Credenciamento encaminhará toda a documentação exigida no Edital de Credenciamento e seus anexos, diretamente ao Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia, onde ocorrerá análise da documentação relativa a Habilitação. Uma vez satisfeitas às exigências, a documentação será encaminhada a Comissão Especial de Credenciamento e Fiscalização que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, procederá a visita às instalações do candidato ao Credenciamento e emitirá Parecer Técnico, de acordo com o Anexo D. Obtendo Parecer favorável proceder-se-á o respectivo Certificado de Registro Cadastral, bem como o Termo de Credenciamento.

6.14.2. Caso a documentação de habilitação não atenda às exigências contidas no Edital e seus anexos, e, caso o candidato ao Credenciamento não obtenha parecer favorável por parte da Comissão Especial de Credenciamento e Fiscalização, o mesmo será imediatamente comunicado para que, se possível, sejam feitas as correções apontadas, observando-se os prazos de validade da documentação apresentada.

6.15. Os documentos dos candidatos considerados inabilitados, por não preenchimento de qualquer dos requisitos estabelecidos no presente Edital, ficarão à disposição na Divisão de Obtenção do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia (CeIMSPA), para retirada dos interessados, por um período de 90 (noventa) dias, após comunicação formal a eles endereçadas.

7. DOS SERVIÇOS PRESTADOS

7.1. DOS BENEFICIADOS

7.1.1. Tem direito aos serviços aqui descritos:

7.1.1.1. Os militares da ativa e seus dependentes, servindo nas OM da Marinha existentes na área de abrangência da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia;

7.1.1.2. Os usuários do Sistema de Saúde da Marinha, residentes nos municípios dentro da área de abrangência da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia; e

7.1.1.3. Demais usuários do Sistema de Saúde da Marinha que ocasionalmente se encontrem na área de abrangência da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia e necessitem de atendimento em caráter de urgência/emergência.

7.1.1.3.1 Nos casos de atendimento de urgência / emergência, o atendimento se dará com a apresentação da identidade militar, e seguir o preconizado nos itens 8.4.3 e seus subitens;

7.1.1.4. Os atendimentos dos casos eletivos, se dará aos usuários especificados nos item 7.1.1.1

e 7.1.1.2 os usuários serão encaminhados para atendimento com a Guia de Apresentação do Usuário (GAU), conforme especificado no item 8 deste Projeto Básico; e

7.1.1.5. A Marinha não arcará com as despesas que não tenham sido autorizadas e/ou não tenham sido os atendidos o preconizado no item 8 – Das Características do Atendimento.

7.2. DOS SERVIÇOS

7.2.1. Estão previstos os seguintes serviços:

7.2.1.1 Serviços Médicos:

7.2.1.1.1. Serviços médicos ambulatoriais: consulta médica ambulatorial nas diversas especialidades clínicas e cirúrgicas, cirurgia ambulatorial, diálise peritoneal ambulatorial contínua, ergometria, procedimentos otorrinolaringológicos, procedimentos oftalmológicos e outros procedimentos nas especialidades realizados por médicos ou prescritos pelos mesmos;

7.2.1.1.2. Serviços médicos hospitalares: atendimentos em Serviços de Emergência, internações hospitalares clínicas e/ou cirúrgicas nas diversas especialidades (em quarto privativo ou em enfermaria), internações em unidades clínicas, cardiológicas, pediátricas ou neonatais de cuidados intensivos, internações em unidade obstétrica, cirurgias (emergência ou procedimento eletivo, geral ou nas especialidades), fisioterapia motora ou respiratória para pacientes internados, quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, endoscopia digestiva, broncoscopia, prova de função respiratória, visita ao paciente internado e parecer de especialista;

7.2.1.1.2.1. Serviços de laboratório;

7.2.1.1.2.2. Serviços de diagnóstico por imagem; e

7.2.1.1.2.3. Medicamentos e materiais: medicamentos comuns, medicamentos de uso restrito hospitalar, medicamento de alto custo, dietas enterais, materiais médico-cirúrgicos, descartáveis e apósitos.

7.2.1.1.2.4. No caso das unidades hospitalares, a classificação de porte hospitalar, foi construída com base no PNAAS (Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde) – 2015 do Ministério da Saúde:

7.2.1.1.2.4.1. Porte I – Baixa complexidade - Pequeno Porte – Hospitais com menos de 49 leitos, com serviços básicos de assistência à saúde, com ou sem unidades de terapia intensiva, com ou sem serviço de atendimento materno-infantil ou com ou sem serviço cirúrgico. Deverá dispor de serviço laboratorial;

7.2.1.1.2.4.2. Porte II – Média complexidade - Médio Porte – Hospitais de 50 a 149 leitos, com serviços avançados de assistência à saúde, com unidade de terapia intensiva e intervenção cirúrgica 24h, com ou sem serviço de atendimento materno-infantil. Deverá dispor de serviço laboratorial e de imagem de alta resolução;

7.2.1.1.2.4.3. Porte III – Alta complexidade - Grande Porte – Hospitais de 150 a 499 leitos, com serviços avançados de assistência à saúde, com unidade de terapia intensiva e intervenção cirúrgica 24h, serviço de atendimento materno-infantil, hemodinâmica, quimioterapia, radioterapia, serviço renal, entre outros. Deverá dispor de serviço laboratorial e de imagem de alta resolução e complexidade; e

7.2.1.1.2.4.4. Porte IV – Porte Especial – Hospitais com mais de 500 leitos.

7.2.1.1.2.5 As unidades hospitalares, também poderão ser classificadas em relação a qualidade de seus serviços, de acordo com a classificação A, B, C da Associação de Hospitais do Estado do Rio de Janeiro (AHERJ).

7.2.1.1.2.5.1 Também será aceito Certificado de Acreditação, emitido por Entidade Acreditoradora, com prazo de validade, reconhecendo formalmente que um prestador de serviços de saúde atende a requisitos associados ao aprimoramento da gestão e a melhoria na qualidade da atenção à saúde. Serão considerados aqueles certificados obtidos em metodologia: a. Por níveis, ou seja, com escalonamento dentro da metodologia, desde que atingido o nível máximo, b. Sem níveis.

7.2.1.1.2.5.2 Serão aceitos certificados de Entidade Acreditoradora, que tenham obtido reconhecimento da competência para atuar no âmbito dos prestadores de serviços de saúde e cadastradas no Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar – QUALISS, da ANS, como definido na RN nº 405/2016.

7.2.1.1.2.5.3 Será considerado Certificação, o reconhecimento de competência com emissão de certificado realizado por Entidade Acreditoradora reconhecida pelo QUALISS, desde que contemple a totalidade da prestação da assistência à saúde do prestador de serviço. Desse modo, não serão consideradas Certificações que considerem apenas parte do escopo do serviço de saúde prestado ou equipamentos do estabelecimento de saúde.

7.2.1.2. Serviços de Remoção (conforme condições de atendimento previstas na cláusula sete do Anexo B): se destinará ao transporte dos militares da ativa e seus dependentes, servindo nas Organizações Militares da Marinha existentes na área de abrangência da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, os usuários do Sistema de Saúde da Marinha, residentes nos municípios dentro da área de abrangência da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia e a população flutuante, usuária do Sistema de Saúde da Marinha que, ocasionalmente, se encontra na área de abrangência da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia. O serviço de remoção se destinará ao transporte dos usuários definidos no item 7.1.1 deste Projeto Básico e será executado conforme o estabelecido no item 8.6;

7.2.1.3. Serviços de Laboratório (conforme condições de atendimento previstas na cláusula sete do Anexo C): exames complementares de bioquímica, hematologia, imunologia, dosagens hormonais, urinálise, parasitológicos, exames de cultura de sangue, fezes e urina, histopatológicos, sorologias virais ou outros exames especiais de laboratório julgados pertinentes;

7.2.1.4. Serviços de Diagnóstico Médico por Imagem: ressonância nuclear magnética, tomografia computadorizada, ultrassonografia, estudos radiológicos e outros exames complementares de imagem e radiologia intervencionista, julgados pertinentes;

7.2.1.5. Serviços de Diagnóstico Odontológico por Imagem: Tomografia Cone Beam de Mandíbula, Tomografia Cone Beam de Maxila, Tomografia Cone Beam de Segmento, Tomografia Cone Beam de Mandíbula e Maxila e Panorâmica dos Maxilares;

7.2.1.6. Serviços Atendimentos de Urgência Odontológica (24 horas): consulta de emergência,

urgência endodôntica (Pulpotomia/Pulpectomia), curativo de demora, radiografia periapical, radiografia Bitewing, restauração de resina dentes anteriores com envolvimento da face vestibular (canino a canino), provisório de dentes anteriores (canino a canino), recimentação/reembasamento de restaurações indiretas, contenção semirrígida em casos de trauma (por elemento) e extração dentária;

7.2.1.7. Serviços Complementares:

7.2.1.7.1. Serviços de fisioterapia: reabilitação, fisioterapia motora, fisioterapia respiratória, uroginecológica, neurológica, hidroterapia, atendimento dos distúrbios de desenvolvimento neuromotor, retardo do desenvolvimento psicomotor ou outros tipos de fisioterapia julgados pertinentes;

7.2.1.7.2. Serviços de terapia ocupacional: atendimento individual por seção;

7.2.1.7.3. Serviço de fonoaudiologia: avaliação e terapia dos aspectos clínicos da motricidade oral, avaliação e terapia dos distúrbios da fala, da linguagem, da audição e da deglutição, avaliação e terapia dos distúrbios da voz, exames logodígnósticos, audiometria tonal, audiometria vocal, audiometria de observação comportamental, processamento auditivo central, impedanciometria, emissões otoacústicas, audiometria de tronco encefálico, vectoeletronistagmografia ou outros tipos de tratamentos fonoaudiológicos julgados pertinentes;

7.2.1.7.4. Serviços de psicologia: atendimento de intercorrências segundo técnica cognitiva comportamental, psicoterapia psicossomática, psicoterapia de família sistêmica e psicoterapia de adulto ou infantil, desde que realizados de maneira breve e focal, podendo a abordagem ser realizada individualmente ou em grupo;

7.2.1.7.5. Consulta de Psicopedagogia: avaliação, identificação, formulação de diagnósticos e tratamento de problemas de aprendizagem, definição das melhores práticas e atividades para potencializar o alcance de melhores resultados no aprendizado;

7.2.1.7.6. Consulta de Neuropediatria: avaliação e acompanhamento do desenvolvimento neurológico infantil, avaliação de todo o sistema nervoso, atuação do profissional a partir da análise das aquisições motoras, cognitivas e de linguagem da criança ao longo do seu desenvolvimento;

7.2.1.7.7. Consulta de Psicomotricidade: avaliação e tratamento da integração das funções motoras e psíquicas em consequência da maturidade do sistema nervoso; e

7.2.1.7.8. Serviços de nutrição: suporte nutricional oral, enteral e parenteral ao paciente submetido à internação hospitalar.

7.2.1.8. Serviço Integrado de Assistência Domiciliar serão os estabelecidos no Termo de Credenciamento de Assistência Domiciliar e precificado no Apêndice I deste Projeto Básico.

8. DAS CARACTERÍSTICAS DO ATENDIMENTO

8.1. Os serviços deverão ser prestados nas dependências dos hospitais, clínicas, ambulatórios, consultórios, serviços de diagnóstico por imagem, laboratórios, serviços de fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia credenciados e, em domicílio ou casas de apoio quando referente

ao Serviço Integrado de Assistência Domiciliar.

8.2. Os beneficiários do SSM/FUSMA (militares, servidores civis, pensionistas e dependentes) serão encaminhados pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, portando a Guia de Apresentação do Usuário (GAU), que possui validade de 30 dias. (anexo H)

8.3. Os beneficiários do SSM/FUSMA deverão apresentar a carteira de identidade militar. Em caso de perda ou roubo, o militar ou seu dependente deverá apresentar outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique).

8.3.1. Quando o beneficiário não possuir o respectivo cartão deverá apresentar no ato do atendimento a Declaração Provisória de Beneficiário do SSM/FUSMA (Declaração de Dependente - DD), fornecida pelo Departamento de Pessoal da Organização Militar onde o militar/servidor é lotado, acompanhada da carteira de identidade militar ou, caso não possua, outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique).

8.3.2. Recém-natos, até 28 dias de vida, estão dispensados da apresentação da Declaração de Dependente. A comprovação do direito será feita mediante a apresentação de documento comprobatório da mãe, ou pai (desde que ele seja militar) conforme especificado nos itens 8.3 e 8.3.1, e deverá ser encaminhada, cópias da certidão de nascimento e do documento do responsável para a comprovação.

8.4. O atendimento de pacientes deverá ser realizado conforme o disposto a seguir:

8.4.1. A internação hospitalar em caráter eletivo deverá sempre ser previamente autorizada pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia. Os atendimentos de caráter eletivo: ambulatorial, diagnóstico médico por imagem, diagnóstico odontológico por imagem, laboratorial, fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, psicomotricidade, neuropediatria e nutrição deverão sempre ser autorizados pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, mediante concessão de Guias de Apresentação de Usuários (GAU) de consulta ou exame, devidamente carimbada e assinada pelo médico solicitante, ou cirurgião dentista nas solicitações de diagnóstico odontológico por imagem e certificada pelo FUSMA (Anexo H);

8.4.1.1. Os atendimentos que necessitam de consultas recorrentes (fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, psicopedagogia, psicomotricidade) serão autorizados condicionando parecer médico ou medicina baseada em evidências. A GAU conterá o número de sessões autorizadas para cada ciclo. A cada sessão o usuário deverá assinar comprovando a efetividade da realização das sessões;

8.4.1.2. As sessões realizadas sem assinatura do usuário e/ou realizar sessões além do autorizado na GAU, será de inteira responsabilidade do **CREDENCIADO**, inexistindo qualquer ônus para a Marinha do Brasil.

8.4.1.3. No caso do profissional considerar necessário a manutenção das sessões de terapia além do autorizado, relatório circunstanciado, deverá ser enviado, com as justificativas para a manutenção do atendimento. Será avaliado por profissional de saúde da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia para a solicitação ou não de prorrogação via Sistema de Regulação da Diretoria de Saúde da Marinha.

8.4.2. O atendimento eletivo prestado ou qualquer desdobramento dele resultante, seja ele simples consulta médica, exame, curativo ou administração de medicamentos, sem que antecipadamente tenha sido concedida autorização da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, será de inteira responsabilidade do **CREDENCIADO**, inexistindo qualquer ônus para a Marinha do Brasil ou seu representante;

8.4.3. Nos casos de atendimento médico hospitalar de emergência ou urgência realizados pelo CREDENCIADO, o mesmo deverá solicitar autorização prévia pelo telefone **(22) 2621-4065**. Em situação que necessite internação hospitalar, deverá ser solicitada senha de autorização no mesmo número telefônico, com o Oficial Médico de Serviço. Caso haja algum imprevisto em relação aos meios de comunicação ou, a situação clínica do usuário não permita a solicitação de autorização prévia, a CREDENCIADA deverá cumprir o preconizado no item **8.4.3.1**.

8.4.3.1 Em situação de extrema urgência, com risco de vida ao usuário do SSM, o atendimento deverá ser prestado e a solicitação de autorização do atendimento realizado o mais brevemente possível. Nos casos que seja necessário transferência para Unidade Fechada (UTI) de paciente previamente internado e procedimento cirúrgico de emergência, a solicitação deve ser realizada preferencialmente antes do procedimento/transferência de acomodação; porém na impossibilidade dessa, o CREDENCIADO tem um prazo de 24h, para comunicar o fato à Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, de modo que não haja prejuízo no tratamento do paciente ou situação que possa caracterizar omissão de socorro. De acordo com o inciso 6.3.1 do Cap. 6 da DGPM-401 (3ª Rev.);

8.4.3.2. A não comunicação dentro do prazo anteriormente mencionado, poderá acarretar glosas, por não cumprimento contratual, do período do ocorrido até a comunicação do fato;

8.4.3.3. Os serviços prestados que advirem de atendimento médico-hospitalar de emergência ou urgência e a internação resultantes destes, poderão ser glosados se não caracterizada urgência ou emergência, cabendo ao **CREDENCIADO** justificar tempestivamente tais procedimentos;

8.4.3.4. As **sessões de fisioterapia motora ou respiratória para pacientes internados** obedecerão os seguintes critérios: limitada a duas seções diárias de fisioterapia respiratória e uma motora para pacientes internados em Unidade fechada, e uma seção diária de fisioterapia motora ou respiratória para pacientes em apartamento ou enfermaria. As solicitações excedentes deverão ser encaminhadas para apreciação da auditoria da Policlínica.

8.4.4. É vedada a CREDENCIADA cobrar diretamente ao usuário autorizado pelo CREDENCIANTE, qualquer importância por serviços prestados relativos ao objeto deste Credenciamento. É vedada a cobrança de sobretaxas, cauções e depósitos prévios e assinatura do paciente em guias em branco;

8.4.5. Os pacientes que desejarem ser assistidos por médicos que não pertençam ao “staff” do **CREDENCIADO**, ou que desejarem acomodações para acompanhantes que não estejam previstas neste credenciamento, serão responsáveis pela indenização integral das despesas decorrentes destas solicitações, salvaguarda feita ao disposto no Estatuto do Idoso e no Estatuto da Criança e do Adolescente;

8.4.6. Fica o **CREDENCIADO** obrigado a estar em condições de emitir relatório médico diário dos pacientes, onde conste relato evolutivo detalhado da situação clínica do paciente, prescrição

médica atualizada, exames solicitados e seus respectivos laudos, os procedimentos realizados, descrição e marca do material, órtese e próteses e seu quantitativo, material e medicamentos consumidos durante o atendimento/procedimento, cirurgia ou internação, todos com os números dos respectivos lacres de suas embalagens, a ser apresentando ao representante da PNSPA, por ocasião de seu comparecimento às dependências do CREDENCIADO;

8.4.6.1. A CREDENCIANTE manterá um serviço de Auditoria Concorrente, o **CREDENCIADO** deverá dar acesso ao auditor da PNSPA, conforme descrito pelos códigos de ética das respectivas categorias.

8.4.7. Será autorizada 1 (uma) consulta médica mensal para o mesmo profissional. Quando houver necessidade de consulta no intervalo de tempo inferior a 30 dias, deverá ser apresentada justificativa feita em receituário próprio e encaminhada junto à fatura do mês para análise técnica.

8.4.7.1 Será considerado o prazo de 30 dias para o retorno a consulta para mostrar exames solicitados. A consulta de revisão cirúrgica será considerada até 15 dias após o procedimento realizado. Não caberá cobranças para ambos os casos.

8.4.8. Em caso de extravio (perda, dano ou roubo) da Guias de Apresentação de Usuários (GAU), tal fato deverá ser comunicado imediatamente à Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, para providências cabíveis;

8.4.9. Para atendimentos na assistência pré-natal, as consultas deverão ser mensais até a trigésima segunda semana, quinzenais entre a trigésima segunda e trigésima sexta semana e, a partir deste período, semanais até o parto. As pacientes de ALTO RISCO devem ser encaminhadas para a PNSPA, a qual definirá a conduta e o local de seguimento;

8.4.10. As Guias de Apresentação de Usuários (GAU) deverão ser preenchidas sem rasuras contendo nome completo do paciente, NIP, data do atendimento, tipo de consulta ou exame a ser realizado e assinatura do médico ou cirurgião dentista e certificação do Serviço do FUSMA;

8.4.11. Quando o CREDENCIANTE necessitar de prorrogação para internações UTI, quartos privativos e enfermarias, deverá solicitar à CREDENCIADA e anexar a guia de internação justificativa médica;

8.4.12. A CREDENCIANTE manterá controle dos pacientes internados em OSE CREDENCIADA, por meio de visita diária;

8.4.13. A CREDENCIADA analisará as necessidades do paciente, conferirá sua recepção, promoverá a ativação das equipes apropriadas e a transferência do paciente em condições de suporte avançado de vida, evitando a interrupção de seu suporte hemodinâmico, ventilatório e medicamentoso. Após a solicitação do CREDENCIANTE que controlará as transferências inter-hospitalares de pacientes graves e pacientes em enfermaria;

8.4.14. As solicitações dos exames radiográficos são encaminhadas do contratante ao contratado por meio de uma Guia de Apresentação do Usuário (GAU), que descreve e autoriza a realização do procedimento. Após a conclusão do exame, o contratado, seguindo os prazos estabelecidos pelo setor de Auditoria da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia para a apresentação das faturas, envia um relatório final ao contratante contendo a relação dos procedimentos realizados no período, juntamente com as guias correspondentes devidamente

assinadas pelos pacientes para os procedimentos de auditoria e pagamento;

8.4.15. Por ocasião da análise do exame radiológico/imagem solicitado, o contratante reserva-se o direito de solicitar que os sejam revistos/refeitos pelo contratado caso sejam considerados insatisfatórios. Uma vez constatadas imprecisões e falhas nos procedimentos, o contratante enviará ao contratado comunicação escrita e sigilosa para as providências necessárias. Caso contrário, a GAU permanecerá sem autorização para pagamento, podendo ser cancelada/glosada parcialmente/totalmente e o paciente poderá, inclusive, ser encaminhado a outro contratado para realização do procedimento.

8.5. A Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, para a autorização de fornecimento de OPME pelo CREDENCIADO, em atendimento ao disposto no Cap. 18 da DGPM-401 (3ª Rev), antes de autorizar o uso destes materiais, verificará, além do contido no item 1.5.1 do Apêndice I, o seguinte:

8.5.1. Nos tratamentos eletivos, quando necessário o uso de materiais especiais, órteses ou próteses deverá haver prévia autorização pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia;

8.5.2. A requisição dos mesmos deverá ser anexada às respectivas faturas, com a devida justificativa técnica pelo médico responsável;

8.5.3. Se a MB possui condições para absorver o caso e se possui condições próprias para o fornecimento;

8.5.4. Se o CREDENCIADO realizou cotações com empresas do ramo para fornecimento de materiais de acordo com o praticado no mercado;

8.5.5. Se as especificações dos OPME possuem justificativa técnica do médico responsável e registro na ANVISA e se a prescrição médica possui até 6 meses da sua emissão;

8.5.6. Não estão autorizados o uso de materiais especiais reprocessados; e

8.5.7. Às faturas deverão vir anexados aos lacres dos OPME e da Nota Fiscal de aquisição para conferência pelo setor de auditoria de contas médicas da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia.

8.6. O Serviço de Transporte inter-hospitalar, conforme as legislações em vigor, é aquele definido como atendimento pré-hospitalar móvel em ambulância de Suporte Básico ou Suporte Avançado, possuindo as características conforme a seguinte:

8.6.1. Ambulância de Suporte Básico **(TIPO B)**: veículo destinado ao transporte inter-hospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino.

8.6.2. Ambulância de Suporte Avançado – UTI Móvel **(TIPO D)**: veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos. Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função.

8.7. Para a execução do serviço de remoção deverá ser observado o seguinte:

8.7.1. Caberá exclusivamente à CREDENCIANTE, por meio do Departamento Médico ou Médico de Serviço da PNSPA, solicitar à CREDENCIADA a remoção de pacientes, sendo vedada a solicitação da prestação do serviço por parte de outrem.

8.7.2. Caso seja realizada alguma remoção que não tenha sido solicitada pelos elementos definidos no item anterior, o custeio das despesas decorrentes destas ficarão a cargo de quem a determinou.

8.7.3. A CREDENCIANTE, por meio do Departamento Médico ou Médico de Serviço da PNSPA, quando julgar pertinente, depois de criteriosa avaliação conjuntural da situação, solicitará remoção por iniciativa própria ou por solicitações de outras unidades de saúde à CREDENCIADA.

8.7.4. O serviço de remoção deverá ser prestado de acordo com todas as leis e normas vigentes no país.

8.7.5. A CREDENCIADA deverá manter-se em condições de prestação de serviço 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, devendo informar à CREDENCIANTE toda e qualquer restrição ou indisponibilidade de meios que possa comprometer a prestação do serviço.

8.7.6. Após ter recebido solicitação de prestação de serviço, a equipe da ambulância que fará a remoção deverá:

8.7.6.1. Obter da CREDENCIANTE todos os dados necessários à prestação do serviço;

8.7.6.2. Informar a previsão da hora em que a ambulância iniciará a prestação do serviço, que não poderá ser superior a três horas, contando-se a partir da hora da solicitação;

8.7.6.3. Informar ao solicitante o início da execução do serviço no momento exato em que a ambulância estiver saindo para realizar a remoção.

8.7.6.4. Informar ao solicitante a previsão da hora de chegada ao local definido pela CREDENCIANTE; e

8.7.6.5. Informar ao solicitante a conclusão do serviço no momento exato em que a ambulância deixar o paciente no local por aquele definido.CREDENCIANTE; e

8.7.6.6. Na execução de cada remoção, a equipe que realizou a remoção deverá preencher o Guia de Remoção hospitalar (Anexo G), em duas vias. A primeira via ficará com a empresa transportadora, a segunda via deverá ser entregue ao médico do Hospital de destino. Em até 05 dias úteis, deverá ser encaminhado uma cópia pela empresa transportadora à Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia.

8.7.7. Caso o início do serviço a ser prestado não ocorra dentro das três horas subsequentes à solicitação, a critério da CREDENCIANTE, este poderá ser cancelado. Neste caso, o referido serviço não será indenizado pelo solicitante.

8.7.7.1. Caso o acionamento ocorra entre 21 h e 7 h, e finais de semana, contarão prazos dobrados do item 8.7.6.2 para a chegada da ambulância no hospital de Origem.

8.7.8. Custos com pedágio ou taxas equivalentes, fica a cargo da CREDENCIADA.

8.7.9. Para a prestação do serviço de remoção, a ambulância deverá estar guarnecida com o mínimo de profissionais estabelecido nas leis e normas vigentes.

8.7.10. Para a prestação do serviço de remoção, a ambulância deverá estar equipada com os materiais mínimos descritos abaixo (Com base na Portaria nº 2.048 de 05 novembro de 2002 do Ministério da Saúde):

8.7.10.1 - TIPO B – Ambulância de Suporte Básico: veículo destinado ao transporte interhospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino.

8.7.10.1.1 – Equipamento / Material mínimo: Sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel; maca articulada e com rodas; suporte para soro; instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída; oxigênio com régua tripla (a- alimentação do respirador; b- fluxômetro e umidificador de oxigênio e c - aspirador tipo Venturi); manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação; cilindro de oxigênio portátil com válvula; maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil, cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro adulto/infantil, ataduras de 15 cm, compressas cirúrgicas estéreis, pacotes de gaze esteril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos; maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete esteril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gazes estéreis, braceletes de identificação; suporte para soro; prancha curta e longa para imobilização de coluna; talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais; colete imobilizador dorsal; frascos de soro fisiológico e ringer lactato; bandagens triangulares; cobertores; coletes refletivos para a tripulação; lanterna de mão; óculos, máscaras e aventais de proteção e malas com medicações a serem definidas em protocolos, pelos serviços. As ambulâncias de suporte básico que realizam também ações de salvamento deverão conter o material mínimo para salvamento terrestre, aquático e em alturas, maleta de ferramentas e extintor de pó químico seco de 0,8 Kg, fitas e cones sinalizadores para isolamento de áreas, devendo contar, ainda com compartimento isolado para a sua guarda, garantindo um salão de atendimento às vítimas de, no mínimo, 8 metros cúbicos.

8.7.10.1.2. Ambulância do Tipo B: 2 profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem.

8.7.10.2. TIPO D – Ambulância de Suporte Avançado: veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos. Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função.

8.7.10.2.1. Maca articulada com rodas e três cintos, 02 suportes de soro, rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização, régua com tripla saída (a primeira com fluxômetro e umidificador de oxigênio, a segunda portando aspirador tipo Venturi e a terceira destinada à alimentação do ventilador mecânico), ventilador mecânico ciclado a volume, eletrônico, adulto, infantil e neonatal, incubadora de transporte, cardioversor e monitor cardíaco com bateria, instalação elétrica compatível e marca-passo externo não-

invasivo, bomba de infusão com bateria e aparelho de hemoglutoteste, termômetro, esfigmomanômetro com braçadeira adulto, infantil e neonatal e estetoscópio adulto e infantil;

8.7.10.2.2. Ventilador mecânico microprocessado que forneça os seguintes modos: assistido/controlado, pressão de suporte, peep, blender /orgânico/ (FIO2);

8.7.10.2.3. Desfibrilador, monitor de ECG, oximetria de pulso, PA não invasiva;

8.7.10.2.4. Kit vias aéreas, contendo cânulas endotraqueais de vários tamanhos, cateteres e vidros de aspiração, borracha de silicone para aspiração, adaptadores para cânulas endotraqueais, máscara de oxigênio com reservatório adulto e infantil, ressuscitador manual adulto, infantil e neonatal com máscara e reservatório (ambú), sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos, luvas estéreis, laringoscópios adulto e infantil com lâminas retas e curvas (tamanhos 00, 0, 1, 2, 3, 4 e 5), cânulas orofaríngeo adulto e infantil (0, 1, 2, 3, 4 e 5), fios guia para entubação, cadarços para fixação, lidocaína spray e geleia, pinça de Magyll, bisturis descartáveis, cânulas para traqueostomia, material para cricotiroidostomia, dreno para tórax;

8.7.10.2.5. Materiais: fitas de HGT, lancetas, almotolias para álcool, lençóis, eletrodo adulto e infantil, fio nylon, etc;

8.7.10.2.6. Kit acesso venoso contendo: tala para fixação de braço, luvas de procedimento, algodão antisséptico, gaze estéril, esparadrapo, material para punção em tamanhos variados, garrote, equipos de micro e macrogotas, equipo para bomba de infusão, microfix com bureta, cateter de via central agulhado adulto e infantil, tesouras, pinça de Kocher, agulhas e seringas de vários tamanhos, polifix de 4 vias, caixa completa de pequena cirurgia, compressas cirúrgicas;

8.7.10.2.7. Kit de parto contendo luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, capote descartável, estilete estéril para cortar cordão, saco plástico para placenta, absorvente higiênico grande, cobertor ou similar para envolver recém-nascido, compressas cirúrgicas estéreis, gaze estéril, bracelete de identificação;

8.7.10.2.8. Kit de imobilização: prancha curta e longa para imobilizador de coluna com tirantes e imobilizadores laterais de pescoço, talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais, ataduras de tamanhos variados;

8.7.10.2.9. Medicamentos: Lidocaína sem vasoconstritor, lidocaína geleia, lidocaína spray, epinefrina, adrenalina, atropina 50 mg/ml, dopamina, aminofilina 240 mg/10ml, noradrenalina, nitroprussiato de sódio, nitroglicerina, dobutamina, hidrocortisona, glicose a 50%, AAS 100 mg, hidantoína, fenobarbital, soros (soro glicosado a 5%, ringer com lactato e cloreto de sódio a 0,9%), psicotrópicos (meperidina, diazepam, haldol 5 mg), anestésicos (fentanila, cetamina, succinilcolina, midazolam 15 mg), outros (água destilada, metoclopramida, nifedipina, dipirona, hioscina, dinitrato de isossorbida, furosemida, amiodarona (ancoron 150 mg/3ml) diclofenaco (voltaren), morfina 10 mg/ml, narcan 0,4 mg/ml, cedilanide 0,4 mg/2ml, bicarbonato de sódio 8,4% - 250ml, captopril 25 mg, cetoprofeno 100 mg, clorpromazina 25 mg/5ml, gluconato de cálcio 10%, fenegan 50 mg/ml, ranitidina 50 mg/ml, sulfato de magnésio 50%;

8.7.10.2.10. Devem existir itens médicos hospitalares especificados para pacientes adultos, pediátricos e infantis; e

8.7.10.2.11. Equipe: Médico, Enfermeiro ou Técnico de Enfermagem e Condutor (socorrista).

8.7.11. A CREDENCIADA, deverá estar apta a emitir relatório médico de transporte de pacientes, caso seja solicitado pela CREDENCIANTE.

8.7.12. A forma de cálculo da distância será: BASE da Operadora ---> Unidade de Saúde de origem --> Unidade de Saúde de Destino do Paciente e deverá ser utilizado o aplicativo google maps para o cálculo da distância, em Km;

8.7.12.1. O valor da remoção acima de 100 Km, será considerado a soma do valor da remoção entre 50 e 100 km (A) + o valor do Km excedente (B) multiplicado pelo número de Km acima de 100 (C);

8.7.13 Quando, por motivos alheios à CREDENCIADA, não houver a efetiva remoção do paciente, tendo o serviço já iniciado, será pago à CREDENCIADA 70% do valor correspondente ao tipo de remoção solicitada, de acordo com os casos especificados nas tabelas acima. O Formulário de Remoção de Pacientes (Anexo G do Edital) deverá ser preenchido e encaminhado com a justificativa da não execução do serviço.

8.8 No caso dos atendimentos de Urgência Odontológico deverá ser observado o seguinte:

8.8.1. O **CREDENCIADO** impreterivelmente antes da execução do atendimento, deverá entrar em contato com a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, através do telefone **(22) 2621-4065**, para confirmação da situação do paciente junto ao FUSMA, de maneira a confirmar se o mesmo faz jus ao atendimento e concedida autorização. Os serviços prestados sem que tenha sido concedida a devida autorização, serão de inteira responsabilidade do **CREDENCIADO**, inexistindo qualquer ônus para a Marinha do Brasil ou seu representante;

8.8.2. Os serviços prestados poderão ser glosados se não caracterizada urgência ou emergência de acordo com os procedimentos previstos no **item 7.2.1.6**, cabendo ao CREDENCIADO justificar tempestivamente os mesmos através do preenchimento da Guia de Atendimento Odontológico (Anexo J do edital), anexando as tomadas radiográficas comprobatórias sendo ao menos uma prévia ao início do tratamento comprovando a necessidade da intervenção e uma final após a realização do procedimento quando assim couber;

8.8.3. O atendimento eletivo prestado ou qualquer desdobramento dele resultante, seja ele simples consulta odontológica, exame, curativo, administração de medicamentos, ou procedimento reabilitador mais complexo sem que antecipadamente tenha sido concedida autorização da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, será de inteira responsabilidade do **CREDENCIADO**, inexistindo qualquer ônus para a Marinha do Brasil ou seu representante;

8.8.4. É vedada a CREDENCIADA cobrar diretamente ao usuário autorizado pelo CREDENCIANTE, qualquer importância por serviços prestados relativos ao objeto deste Credenciamento. É vedada a cobrança de sobretaxas, cauções, depósitos, custos extras de material e assinatura do paciente em guias em branco;

8.8.5. Fica o **CREDENCIADO** obrigado a estar em condições de preencher e enviar a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia a Guia de Atendimento Odontológico devidamente preenchida, onde conste o relato detalhado dos procedimentos realizados, descrição e marca do(s) material(is) utilizado(s), situação clínica do paciente, por ocasião de seu comparecimento às dependências do **CREDENCIADO** para o atendimento de urgência/emergência. O pagamento dos honorários previstos nesse edital ao **CREDENCIADO** será realizado somente mediante o envio das Guias de Atendimento devidamente preenchidas e com as respectivas radiografias

comprobatórias prévia e final, quando assim couber, para que seja realizada a auditoria do documento e comprovação da execução dos procedimentos detalhados.

8.8.6 Os valores presentes no Apêndice I, item **7.2**, já preveem a utilização de materiais e medicamentos necessário ao atendimento odontológico. A quantidade de materiais e medicamentos necessários ao atendimento da Urgência Odontológica limitar-se-ão ao pleno atendimento da urgência do paciente e não ensejarão acréscimos nos custos.

8.8.7 A realização dos procedimentos de urgência, estão definidas no item **7.2.1.6**, desse Projeto Básico e no Termo de Credenciamento Odontológico (Anexo D). Procedimentos realizados que não estejam previstos, serão glosados.

8.8.8 É terminantemente proibido a cobrança de qualquer taxa extra, medicamentos ou materiais ao usuário do Sistema de Saúde da Marinha pelo atendimento da consulta de Urgência odontológica.

8.9. No caso do Serviço de Assistência Domiciliar - SAD, deverá ser observado o seguinte:

8.9.1. O usuário do Sistema de Saúde da Marinha (SSM) será encaminhado, exclusivamente, pelo Departamento Médico da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, mediante um Relatório Médico que constará pormenorizado os serviços a serem realizados, conforme o Planejamento da Atenção Domiciliar - PAD e, mediante a Guia de SADT, **Anexo M** do Edital, para o início da prestação do serviço ou agendamento prévio por telefone do exame / procedimento nos dias e horários em que a futura CONTRATADA/CREDENCIADA fornecer;

8.9.2. A escolha dos serviços credenciados fica, exclusivamente, a critério dos usuários do SSM, na área de abrangência da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia;

8.9.3. A CREDENCIADA, limitar-se-á ao atendimento dos usuários portadores da Guia de SADT emitida pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia;

8.9.4. Fica claramente entendido que, qualquer atendimento prestado pela CREDENCIADA, sem que antecipadamente tenha sido emitida Guia de SADT, será de inteira responsabilidade desta, inexistindo quaisquer ônus para a CREDENCIANTE;

8.9.5. Qualquer intercorrência que leve a exceder o período de observação compatível com o procedimento, deverá ser comunicada, imediatamente, ao Fiscal do Contrato da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia;

8.9.6. É vedado à CREDENCIADA cobrar diretamente do paciente, que apresente a Guia de SADT, qualquer importância por serviços prestados relativos ao objeto deste Termo de Credenciamento, assim como a cobrança de qualquer tipo de sobretaxa;

8.9.7. O Serviço de Assistência Domiciliar – SAD será subdividido em Serviço Integrado de Atenção Domiciliar – SIAD e Serviço de Assistência em Internação Domiciliar – SAID;

8.9.7.1. Serviço Integrado de Atenção Domiciliar – SIAD:

Assistência Domiciliar definida como o acompanhamento, por meio de visitas multiprofissionais (médica, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, nutrição e técnico de enfermagem) eletivas e periódicas, conforme previsto no Plano de Atenção Domiciliar - PAD e, em caráter extraordinário, atendimento emergencial ou pronto atendimento por um ou mais integrantes da equipe de saúde multiprofissional do SIAD dessa Policlínica ou de uma das Empresas credenciadas que prestam atendimento domiciliar, visando à manutenção da estabilidade do quadro clínico dos pacientes.

8.9.7.1.1. Itens inclusos, conforme PAD:

- Visitas multiprofissionais (médica, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, nutrição e técnico de enfermagem) com a realização, no domicílio do paciente, de qualquer procedimento, que esteja previamente autorizados e elencado dentro dos limites de atuação das referidas especialidades;
- Coleta avulsa de exames laboratoriais no domicílio;
- Emissão de relatório profissional mensal, por especialidade contratada.

8.9.7.1.2. Itens não inclusos:

- Fornecimento de medicação ou dietas por sondas ou parenterais;
- Utilização de materiais/equipamentos médicos cirúrgicos; e
- Utilização de oxigenioterapia.

8.9.7.2. Serviço de Assistência em Internação Domiciliar – SAID:

Assistência Domiciliar definida como suporte a pacientes classificados como parcialmente ou totalmente dependente em relação ao grau de atividade de vida diária, conforme índice KATZ e Tabela de Avaliação de Complexidade Assistencial – ABEMID, assim como aos pacientes classificados como baixa, média ou alta complexidade utilizando-se a mesma referência.

8.9.7.2.1. Itens Inclusos, conforme PAD:

- Todos os itens inclusos no SIAD;
- Pacote com diárias de enfermagem 6h, 12h ou 24h;
- Fornecimento de medicação ou dietas por sondas ou parenterais;
- Utilização de materiais/equipamentos médicos cirúrgicos; e
- Oxigenioterapia.

8.9.7.2.1.1. Itens Inclusos nos pacotes das diárias de enfermagem (Pontual, 6, 12 e 24 horas) conforme PAD:

8.9.7.2.1.1.1. Presença do Técnico de Enfermagem no domicílio do usuário conforme período (6, 12 ou 24h) contratado;

8.9.7.2.1.1.2. Visita de Supervisão do Enfermeiro de 1 a 3x/semana;

8.9.7.2.1.1.3. Visita de Urgência e Emergência do Enfermeiro, quando se fizer necessário (sem custo adicional);

8.9.7.2.1.1.4. Central de Atendimento 24 horas;

8.9.7.2.1.1.5. Materiais de uso na higiene e desinfecção (máscaras, luvas de procedimentos estéreis e não estéreis, luvas cirúrgicas, gazes, seringas, agulhas, tintura de benjoim, algodão, álcool, PVPI, clorexidine alcoólico, clorexidine degermante e comadres/papagaios);

8.9.7.2.1.1.6. Materiais de pronto uso como estetoscópio, esfigmomanômetro, Ambú e termômetro;

8.9.7.2.1.1.7. Treinamento do cuidador e orientação à família quanto aos procedimentos que são realizados no domicílio do paciente pelo enfermeiro (a);

8.9.7.2.1.1.8. Emissão de relatório de enfermagem mensal;

Obs: A não observância deste item poderá implicar em glosa dos serviços prestados.

8.9.7.2.1.1.9. Realização de todos os procedimentos de enfermagem passíveis de serem realizados em domicílio que estejam elencados dentro dos limites de atuação da equipe profissional, devidamente supervisionados pela coordenação de enfermagem. Dentre os procedimentos possíveis de realização em domicílio destacam-se:

- Montagem da Unidade de Internação Domiciliar (UID);
- Troca de roupa de cama e banho do paciente;
- Administração de medicamentos por todas as vias (oral, endovenosa, intramuscular, subcutânea, gastrostomia, enteral, retal, tópico, ocular, nasal, otológico e vaginal);
- Preparo, instalação e manutenção por todas as vias;
- Controle de sinais vitais;
- Controle de diurese;
- Tricotomia;
- Curativos;
- Sondagens;
- Aspiraões;
- Mudanças de decúbito;
- Locomoção interna do paciente;
- Preparo de paciente para procedimentos médicos;
- Cuidados e higiene pessoal do paciente;
- Preparo do corpo em caso de óbito;
- Transporte de equipamentos (eletrocardiógrafo, ultrassom, etc.);
- Assepsia e antisepsia de equipamentos e materiais; e
- Coleta de Exames laboratoriais no domicílio.

8.9.7.2.1.2. Itens não inclusos nos pacotes das diárias de enfermagem (Pontual, 6, 12 e 24 horas) porém, poderão ser utilizados/solicitados pelo SAID, conforme PAD:

8.9.7.2.1.2.1. Os equipamentos: bomba de infusão, cadeira de rodas, cama hospitalar com 3 elevações e grades + colchão + escada de 2 degraus, nebulizador/macronebulizador, aspirador de secreções de vias aéreas, suporte de soro com rodízios, oxímetro de pulso, base de umidificação, vacuômetro, no-break, CPAP, BIPAP, aspirador portátil, monitor cardíaco, cough assist e cadeira higiênica serão remunerados de acordo com o Item 9.4 do Apêndice I do Anexo A;

8.9.7.2.1.2.2. Medicamentos e Materiais não descritos nos itens 8.9.7.2.1.1.6 e 8.9.7.2.1.2.1, serão remunerados de acordo com o Item 9.9 do Apêndice I do Anexo A;

8.9.7.2.1.2.3. Ventiladores (volumétricos e de pressão), serão remunerados de acordo com o valor descrito no Item 9.4 – **Diária de equipamentos e materiais**, do Apêndice I do Anexo A;

8.9.7.2.1.2.4. Exames Radiológicos e de Imagem;

8.9.7.2.1.2.5. Gases Medicinais: oxigênio, recargas e reposições (cobertura 24 horas), serão remunerados de acordo com o valor descrito no Item 9.8 - **Gasometria**, do Apêndice I do Anexo A.

Obs: As trocas de cilindros de oxigênio deverão ser validadas mediante documento que conste assinatura de membro da família e data da troca. Posteriormente deverão ser apresentadas com o faturamento da conta ao Serviço de Auditoria de Contas Médicas da OMH/OMFM. A não observância desta solicitação implicará em glosa da oxigenoterapia fornecida.

8.9.7.2.1.2.6. Referente ao Concentrador de Oxigênio, o valor a ser cobrado é correspondente à diária pela disponibilização do aparelho no domicílio mais o cilindro de "stand by" para o caso de falta de energia ou quebra do aparelho, será remunerado de acordo com o valor descrito no Item 9.4.8 do Apêndice I do Anexo A.

8.9.8. Dos Honorários dos Profissionais:

8.9.8.1. Estão inclusas no valor dos honorários dos profissionais, as avaliações e execução de procedimentos que se fizerem necessários durante a visita domiciliar. Nos honorários dos profissionais estão inclusas ainda a realização no domicílio do paciente de qualquer procedimento que esteja elencado dentro dos limites de atuação de cada profissional.

8.9.8.2. Estão inclusos no valor dos honorários dos profissionais a emissão de relatório de evolução mensal do atendimento, que deverá ser encaminhado até o dia 05 de cada mês, digitalmente, para o Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD). A não observância desta solicitação poderá implicar em glosa dos serviços prestados.

8.9.8.3. Quanto a visita do técnico de enfermagem eletiva (não pertencente ao pacote), poderá ser solicitada a realização de diversos procedimentos que estejam dentro de sua área de atuação, dentro de um período de até duas horas de atendimento, a contar da chegada do profissional no domicílio do paciente.

8.9.9. Dos serviços adicionais avulsos:

8.9.9.1. Estão inclusas no valor dos serviços adicionais avulsos as avaliações e execução de procedimentos que se fizerem necessários durante a visita domiciliar (não incluso o material).

8.9.9.2. Estão inclusos no valor dos serviços adicionais avulsos a emissão de relatório de evolução mensal do atendimento, que deverá ser encaminhado até o dia 05 de cada mês, digitalmente, para o Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD). A não observância desta solicitação implicará em glosa dos serviços prestados.

8.9.10. Dos serviços de ambulância para o SAD:

8.9.10.1. Em caso de remoção do usuários do SAD para internação hospitalar, a prestação do serviço por equipe de ambulância deverá atender ao preconizado no item 8.7 deste Projeto Básico;

8.9.10.2. Em caso de realização de exame, a prestação do serviço por equipe de ambulância considerará como distância total o percurso compreendido entre a residência do paciente até a Unidade de Saúde prestadora de atendimento com o retorno para a residência do paciente;

8.9.10.2.1. Após 2 (duas) horas de espera do paciente na realização de procedimento na Unidade de Saúde poderá ser acrescido o valor do Serviço de Remoção conforme item 9.5.4 e 9.6.4 Apêndice I ao Anexo A.

8.9.10.3. Equipamentos, Materiais e Medicamentos da Ambulância:

8.9.10.3.1. Os equipamentos, materiais e medicações componentes das ambulâncias deverão seguir o preconizado no item 8.7.10;

8.9.10.4. Da Gasometria:

8.9.10.4.1. Os cilindros utilizados deverão ser de 8 ou 10 m³. O valor de locação do cilindro está incluso no valor de contratação e a utilização do oxigênio por m³ será remunerados de acordo com o valor descrito no Item 9.8 - **Gasometria**, do Apêndice I do Anexo A;

8.9.11. O Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD) é o responsável pelo completo gerenciamento de todos os pacientes que recebem atendimento domiciliar. Quaisquer tipo de demanda devem ser tratadas exclusivamente com este Serviço;

8.9.12. Caso haja necessidade de realizar ou incluir um procedimento que não conste no Plano de Atenção Domiciliar Inicial (PADI) de cada usuário, deverá ser encaminhado solicitação médica e da respectiva especialidade com justificativa para o Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD) da Credenciante, para avaliação e autorização prévia;

8.9.13. Todos os materiais deverão ser encaminhados para faturamento com o código SIMPRO. Para medicamentos não existe essa obrigatoriedade;

8.9.14. Todos os pacientes deverão possuir prontuário mantido e organizado pela empresa contratada;

8.9.15. Cada atendimento realizado deverá ser evoluído, carimbado, datado pelo profissional responsável e ratificado pelo paciente ou seu responsável;

8.9.16. Os relatórios multiprofissionais, contendo os atendimentos realizados, deverão ser encaminhados até o dia 05 de cada mês para o Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD), digitalizados por paciente, com carimbo e assinatura dos profissionais responsáveis;

8.9.17. Materiais com preço igual ou superior a R\$ 300,00 (trezentos reais) deverão ser encaminhados para faturamento ao Serviço de Auditoria de Contas Médicas, com o invólucro do material. A não observância desta solicitação implicará em glosa dos serviços prestados;

8.9.18. Por ocasião das visitas, os profissionais deverão se certificar, com antecedência, que o paciente estará no seu domicílio. A OMH/OMFM não se responsabilizará pelos custos decorrentes de atendimentos não realizados, cabendo este ônus ao CREDENCIADO;

8.9.19. Caso ocorra óbito do usuário durante a prestação do Serviço, o contrato dar-se-á por encerrado, ficando a CREDENCIANTE responsável pelo pagamento proporcional aos dias utilizados dentro do período vigente;

8.9.20. Caso ocorra internação hospitalar do usuário durante a prestação do Serviço, o contrato dar-se-á por interrompido, ficando a CREDENCIANTE responsável pelo pagamento proporcional aos dias utilizados dentro do período vigente. No momento da alta hospitalar o contrato será retomado, considerando-se o início de um novo período de vigência;

8.10. Em cada contrato específico, deverão ser observadas as condições de atendimento previstos no Termos de Credenciamento anexos ao Edital (Anexo B, C, D, E, F e U).

9. DOS PADRÕES DE ACOMODAÇÃO DURANTE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

9.1. Os beneficiários terão direito às acomodações conforme a seguir:

9.1.1 Apartamento privativo – acomodação equipada com banheiro privativo completo, telefone e ar-condicionado: para Oficiais (Almirante, Capitão de Mar e Guerra, Capitão de Fragata, Capitão de Corveta, Capitão Tenente, Primeiro Tenente, Segundo Tenente, Guarda Marinha) e seus dependentes;

9.1.2. Enfermaria ou quarto coletivo – acomodação coletiva equipada com banheiro completo, telefone e ar-condicionado: para Praças (Suboficial, Sargento, Cabo e Marinheiro) e seus dependentes.

9.2. Para acomodação em enfermaria ou quarto coletivo não serão pagos honorários e/ou procedimentos em dobro

9.3. As unidades hospitalares que não tiverem acomodações específicas e/ou disponíveis, conforme o disposto a seguir para os postos/graduações descritos, deverão internar os pacientes na acomodação imediatamente superior disponível, mantendo-se a cobrança efetuada de acordo com os padrões acima descritos.

9.4. O direito a acompanhante será de acordo com o disposto do Estatuto do Idoso e no Estatuto da Criança e Adolescente, ou por recomendação médica. Ficando o acompanhante nestes casos sujeitos as normas do estabelecimento hospitalar.

9.4.1 A cobrança de refeição do acompanhante, será paga mediante o disposto no item 9.4 e com a assinatura do mesmo como termo de comprovação

9.5. Os pacientes que desejarem ser assistidos por médicos que não pertençam ao “staff” do CREDENCIADO, ou que desejarem acomodações para acompanhantes que não estejam previstas neste credenciamento, serão responsáveis pela indenização integral das despesas decorrentes destas solicitações, salvaguarda feita ao disposto no Estatuto do Idoso e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

10. DOS VALORES A SEREM PRATICADOS

10.1. De acordo com o mercado local e devido à vasta diversidade de procedimentos, os valores a serem praticados neste Credenciamento encontram-se previstos no **APÊNDICE I** – Tabelas, índices e valores para prestação de serviços pelas Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA).

10.2. É proibida a cobrança ou o pagamento de qualquer sobretaxa em relação aos valores acordados praticados às tabelas adotadas, ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, etc.) da atribuição de proceder ao credenciamento ou intermediação do pagamento dos serviços prestados.

11. DOS CASOS NÃO COBERTOS PELOS ACORDOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Não serão cobertos pelos Acordos Administrativos modalidades de tratamento médico não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), tais como:

11.1.1. Tratamentos ortomoleculares, cromoterapia, aromoterapia, shiatsu e estéticos (iontoforese, hidrolipoclasia, intradermoterapia, carboxiterapia, etc.);

11.1.2. Cirurgia plástica estética;

11.1.3. Despesas não relacionadas com tratamento previamente autorizado;

11.1.4. Exames, medicamentos e outros procedimentos que visem à pesquisa científica ou tratamentos não reconhecidos legalmente em território nacional;

11.1.5. Exames ou tratamentos realizados em entidades não autorizadas, sem prévia indicação pelo SSM;

11.1.6. Tratamentos clínicos ou cirúrgicos experimentais;

11.1.7. Tratamentos de reprodução assistida;

11.1.8. Tratamentos clínicos ou cirúrgicos não éticos; e

11.1.9. Acomodações acima do padrão previsto.

11.2. O Tratamento de pacientes psiquiátricos, o tratamento de dependentes químicos e o tratamento de doentes crônicos ou de longa permanência, excetuando-se as urgências previstas em todas essas situações, serão absorvidos pelo Sistema de Saúde da Marinha.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização será exercida pelo Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico do Contrato, especialmente designados por Portaria a ser emitida pelo Diretor do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia, composto por militares e/ou servidores civis, pertencentes a esta Policlínica.

12.2. O Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico terão plenos poderes para:

12.2.1. Exigir da CREDENCIADA a retirada imediata de qualquer dos prepostos desta que embarquem a sua ação fiscalizadora ou que não sejam considerados pelo CREDENCIANTE capazes para o fim desejado, independentemente de justificativas; e

12.2.2. Sustar qualquer atendimento que não esteja sendo executado de acordo com os especificados nos documentos pertinentes.

12.3. A fiscalização ocorrerá no local onde estiver sendo executado o atendimento, a qualquer tempo, pelos membros designados pela Portaria de Fiscalização, que poderão ser assessorados por profissionais ou entidades especializadas na execução da ação fiscalizadora. Para a consecução desta ação, serão observados os critérios estabelecidos de habilitação/fiscalização e das características de atendimento constantes do Edital.

12.3.1. A Fiscalização técnica do credenciamento, também levará em conta as evidências científicas, nas diversas áreas de atendimento em saúde presente nesse Projeto Básico, ao avaliar os procedimentos e cobranças realizadas pelas CREDENCIADAS.

12.4. Somente serão pagos os serviços já realizados, aprovados e certificados pelo Fiscal do Contrato.

12.5. A CREDENCIANTE tem competência para acompanhar o atendimento, examinar o paciente, avaliar o tratamento proposto, sustar qualquer serviço que não esteja sendo prestado com a técnica adequada, bem como remover o paciente para outra unidade médica que julgar conveniente.

12.6. A CREDENCIANTE deverá ter acesso ao prontuário do paciente e à conta de despesas médicas para realização de Auditoria de Contas Médicas, Auditoria Concorrente e Pré-Auditoria.

12.7. O prazo para comunicação de glosas será de 20 (vinte) dias.

12.8. O prazo para apresentação de recursos contra glosas será de 5 (cinco) dias.

12.9. O prazo para revisão de glosas será de 10 (dez) dias.

13. DO FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

13.1. Para cada período mensal de atendimento deverá ser emitido um título de crédito (fatura/RPA) respectivo até o quinto dia útil do mês subsequente.

13.2. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias úteis, após a data do recebimento das faturas, eliminados os possíveis erros apontados pelo CREDENCIANTE e abatidos todos os recolhimentos (tributos) especificados na legislação em vigor.

13.3. As faturas, necessariamente, deverão estar acompanhadas das respectivas “Guias de Encaminhamento” originais e certificadas pelos usuários ou por representante legal.

13.4. Nos períodos de internação superiores a 15 (quinze) dias, poderão ser emitidas faturas quinzenais parciais.

13.5. Havendo a possibilidade de remoção do paciente, mas sendo o Credenciante impedido de realizá-la ou pelo Credenciado ou por médico pertencente ao credenciado ou por recusa do próprio paciente ou por quem por ele responda, cessará para o Credenciante a responsabilidade pelas despesas médicas e hospitalares, sendo de inteira responsabilidade do paciente, ou de quem por ele responda, essas despesas.

13.6. As interconsultas para pareceres, acompanhados de outros especialistas, e complementação ou mudança de procedimentos deverão ser solicitadas previamente com justificativa pelo médico assistente, anexada à conta hospitalar com o visto do médico auditor, assim como as prorrogações de permanência hospitalar para além do prazo inicialmente autorizado.

13.7. Para cada período de um mês de atendimento, deverá ser emitida uma fatura respectiva, somente a favor da razão social do Credenciado, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao serviço prestado, vedada a apresentação de faturas por outros elementos que possuam vínculo empregatício com o Credenciado, ou autônomo, ou profissional de saúde integrante da empresa, grupo ou sociedade de profissionais que exerçam atividades na área de Saúde (em caráter regular ou não) nas dependências do Credenciado.

13.8. As faturas, necessariamente, deverão estar acompanhadas das respectivas Guias de Apresentação do Usuário (GAU) originais, devidamente assinadas pelos usuários, vedada a apresentação (anexação) de cópias.

13.9. Nas faturas de internações hospitalares deverão ser anexadas as cópias dos laudos histopatológicos, exames laboratoriais, radiológicos e de imagem, tais como Ultrassonografia (USG), Ressonância Magnética (RM), Tomografia, etc., acompanhados de suas requisições com carimbo e assinatura do médico solicitante, justificativa, indicação dos mesmos, assim como o boletim cirúrgico/anestésico, assinados pelo cirurgião, auxiliares e anestesista constando material utilizado na sala de cirurgia, devidamente lacrados.

13.10. As faturas referentes às internações de longa permanência, assim consideradas aquelas com mais de dez dias corridos, deverão ser subtotalizadas e entregues dentro do mês de apresentação das despesas.

13.11. Quando se fizer necessário o uso de Oxigenoterapia no paciente internado, deverá ser anexada à conta hospitalar a ficha de controle do consumo realizado.

13.12. Na fatura de aerossol a nível ambulatorial, deverá ser anexada a prescrição médica e a assinatura do paciente ou responsável em cada sessão realizada. O pagamento de cada sessão de aerossol (ambulatorial ou paciente internado) será correspondente ao preço da tabela acordada para preços de serviços hospitalares e medicação prescrita.

13.13. Na fatura de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, terapia ocupacional em nível ambulatorial, deverá ser anexada a prescrição médica, e imposta a assinatura do paciente ou responsável em cada sessão realizada.

13.14. Para os atendimentos de Quimioterapia em nível ambulatorial, as prescrições médicas deverão vir anexadas à fatura, como condicionamento para pagamento da cobrança.

13.15. O relatório de glosas (anexo S) deverá ser informado ao Credenciado em até 20 (vinte) dias da data do recebimento da fatura, e o Credenciado terá prazo recursal de 05 (cinco) dias contados da data da comunicação pelo Credenciante para expor suas contrarrazões (anexo T) nos termos do art. 109, II, da Lei nº 8.666/93. Caso a Credenciada não apresente a documentação no prazo estipulado e a devida justificativa para o atraso, a Credenciante poderá aplicar glosa administrativa e não realizar o pagamento da fatura.

13.15.1 A Credenciante tem um prazo de 10 (dez) dias para responder o recurso de glosas (anexo T) da Credenciada. Caso o recurso da glosa não seja aceito parcialmente ou totalmente pela Credenciante, a Credenciada deverá realizar as correções apontadas pelo relatório.

13.16. Os procedimentos realizados com autorização prévia da CREDENCIANTE poderão ser faturados antes da emissão do relatório de glosas. Caso essas ocorram, o valor referente à glosa será creditado na fatura do mês subsequente. Por ocasião da emissão da última fatura referente ao contrato, caso ocorram glosas, o CREDENCIADO deverá emitir nova fatura com os valores retificados.

13.17. As contas referentes a internações hospitalares deverão passar por auditoria antes do faturamento, sendo cobradas após a verificação pela CREDENCIADA e emissão de relatório de glosa (anexo S), se houver.

13.18. A ocorrência de glosas técnicas e de respectivos recursos em nada sustará o pagamento pelo Credenciante e no vencimento acordado, da parte incontroversa da conta.

13.19. As glosas não contestadas via recurso dentro do prazo estabelecido deverão ser consideradas como aceitas pelo Credenciado, valendo seu silêncio como quitação geral e plena quanto as mesmas, sem que lhe assista o direito de reivindicar posteriormente os valores correspondentes.

13.20. O pagamento será efetuado a cada evento, mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela CREDENCIADA, devidamente certificados por fiscal credenciado.

13.21. O CREDENCIANTE pagará as despesas em, no máximo, 15 (quinze) dias úteis após a data da apresentação do documento de cobrança.

13.22. O pagamento será efetuado sempre no mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços por parte da CREDENCIADA, ocasião na qual, o documento de cobrança referente aos serviços prestados no mês anterior será apresentado.

13.23. Todos os pagamentos serão creditados em conta-corrente informada em Carta Proposta da CREDENCIADA.

13.24. Cada pagamento só será efetuado após verificação da documentação e/ou manutenção dos requisitos de inscrição no Registro Cadastral (SICAF).

14. DO DESCREDENCIAMENTO

14.1. Desde que não prejudique a saúde dos beneficiários do Sistema da Marinha, a CREDENCIADA poderá solicitar formalmente à Comissão Especial de Credenciamento e Fiscalização o descredenciamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observados os itens 14.5 e 14.6 desta cláusula.

14.2. Caso a CREDENCIADA esteja em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, não poderá se utilizar do previsto no item 14.1 desta cláusula, enquanto não concluído o processo de apuração.

14.3. O CREDENCIANTE poderá, em se verificado o descumprimento de normas estabelecidas neste termo de Credenciamento, interromper temporariamente a sua execução até decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observado o contraditório e a ampla defesa, comprovada a culpa ou dolo, decidirá pelo descredenciamento da instituição ou do profissional pertencente ao corpo clínico.

14.4. De acordo com os incisos I a VIII do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993, o descredenciamento realizado com base nos motivos previstos na CLÁUSULA XVII do Termo de Credenciamento impedirá a instituição de pleitear novo credenciamento por interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

14.5. Os tratamentos em curso deverão ser concluídos pela entidade descredenciada, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa da Comissão Especial de Credenciamento.

14.6. O descredenciamento não eximirá a entidade das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

15. DOS REAJUSTES

15.1. Os valores decorrentes do Edital devem ser fixos e irrevogáveis, dada a vigência contratual limitada a 12 meses, nos termos do art. 1º, da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

15.2. Havendo interesse mútuo entre a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA na prorrogação do contrato que entre si firmaram, nos termos do Anexo IX da Instrução Normativa nº05, de 25 de maio de 2017, da SEGES/ME, poderão ocorrer reajustamentos anuais dos preços poderão, após acordo prévio entre a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA, observando-se os seguintes critérios:

15.2.1. Os valores constates nas tabelas oficiais (CBHPM, COFFITO, CRP, SIMPRO, dentre outras) poderão ser reajustadas na medida em que tais tabelas venham a sofrer reajustes;

15.2.2. Os valores prefixados no Edital, que tenham sido estabelecidos por meio de pesquisa de mercado, poderão sofrer reajustes com base nos índices do IPCA, ou outro índice que o substitua.

16. LOCAL DA EXECUÇÃO

16.1. Os serviços serão prestados aos beneficiários do SSM/FUSMA nas instalações do CONTRATADO ou em domicílio, no caso da assistência domiciliar, em localização a ser especificada na proposta de credenciamento.

17 – DOS APÊNDICES

17.1. Apêndice I – Tabela de índices de valores para prestação de serviços pelas Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE) e pelos Profissionais de Saúde Autônomos (PSA);

São Pedro da Aldeia-RJ, na data da assinatura.

LUCIANO DA ROCHA SILVA
Capitão de Fragata (S)
Membro da Equipe de Planejamento

RAFAEL DO ESPIRITO SANTO FERREIRA
Capitão de Corveta (Md)
Membro da Equipe de Planejamento

IGOR FERNANDES TORRES
Capitão de Corveta (Md)
Membro da Equipe de Planejamento

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA DE QUEIROZ
Capitão de Corveta (AA)
Membro da Equipe de Planejamento

FELIPE LUIZ DOBBS RAMOS
Capitão-Tenente (CD)
Membro da Equipe de Planejamento

JULIO CESAR CORREIA DE OLIVEIRA
Capitão-Tenente (T)
Membro da Equipe de Planejamento

MARCOS PAULO BARROS DA ROSA
Suboficial (EF)
Membro da Equipe de Planejamento

ROSANE OLINTO SOBRINHO BARROS
Servidora Civil (EF)
Membro da Equipe de Planejamento

APROVO o presente Projeto Básico amparado na Lei no 8.666/93 e demais normas internas da Marinha do Brasil que regulamentam este procedimento.

São Pedro da Aldeia-RJ, na data da assinatura.

LEONHARD CHRISTIAN ROSSETTI OBRECHT
Capitão de Fragata (Md)
Diretor